

ATA N.º 13/12

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAFIEL DE 21 DE JUNHO DE 2012**

No dia vinte e um de junho do ano de dois mil e doze, pelas dezasseis horas, nesta Cidade de Penafiel, no salão Nobre dos Paços do Concelho, estando presentes os Excelentíssimos senhores, Dr. Antonino Aurélio Vieira de Sousa, Eng.^a Paula Cristina Ribeiro da Silva Teles, senhor Adolfo Amílcar, Dr.^a Susana Paula Barbosa de Oliveira, Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, Dr. António José de Sousa Pinto, Eng.^o Joaquim Fernando Moreira, Dr.^a Filomena Maria de Sousa Martins Pereira Rodrigues, comigo, Dr.^a Ivone Manuel Gonçalves Freitas de Sá, Chefe da Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, realizou-se a Reunião Ordinária Pública da Câmara Municipal de Penafiel.

Esteve ausente da reunião, o senhor Presidente da Câmara Municipal, por se encontrar a participar numa reunião da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A reunião foi presidida pelo senhor Vereador Dr. Antonino Aurélio Vieira de Sousa, em substituição do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 (2.^a parte) do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

I - INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL

A senhora Vereadora Dra. Filomena Rodrigues perguntou se a Câmara Municipal de Penafiel já conhecia o mapa judiciário, na sua 3.^a versão, proposto pelo Ministério da Justiça para o Concelho de Penafiel, e se, conhecendo-o, estava a pensar tomar alguma medida.

Disse que, com esta nova versão do mapa judiciário, Penafiel ficava muito prejudicado, pois era uma das cidades melhor posicionadas no Vale do Sousa. Informou do desagrado dos advogados da comarca de Penafiel.

O senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa informou que o senhor Presidente da Câmara Municipal estava nesse momento numa reunião da Comunidade Intermunicipal, onde iria ser discutido esse assunto, designadamente se os

municípios agiriam em conjunto ou individualmente, relativamente a medidas a tomar sobre essa matéria.

O senhor Vereador Dr. Alberto Clemente disse que trocou impressões com o senhor Presidente da Câmara Municipal e que transmitiu a preocupação dos advogados da Comarca de Penafiel, relativamente à 3ª versão do mapa judiciário. Referiu que na 1ª versão do documento, Penafiel saía beneficiado, mas na 3ª versão saía muito prejudicado.

Informou que o senhor Presidente da Câmara Municipal estava numa reunião da Comunidade Intermunicipal a debater o assunto.

Referiu que os advogados da Comarca de Penafiel iriam apresentar uma moção sobre o novo mapa judiciário proposto pelo governo.

O senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira disse que iria referir dois aspetos sobre as obras em curso, no âmbito do projeto de regeneração urbana.

Disse que, com o tempo, as situações iam surgindo e ia-se percebendo o que estava mal.

Transmitiu que ficou espantado, quando viu um carro da Câmara Municipal em cima do passeio. Disse que era um mau exemplo e solicitou que fosse feita uma chamada de atenção aos serviços municipais para não procederem dessa forma. Informou que, na situação que pode observar, a viatura poderia ter sido estacionada noutra sítio e que aconteceu junto ao edifício da Assembleia Penafidelense, durante uma operação de remoção ou colocação de um poste para as festas do Corpo de Deus.

Reiterou a necessidade da Câmara Municipal proceder a uma revisão dos materiais usados nas obras da regeneração urbana e disse que tinha ouvido várias reclamações sobre o mau estado dos materiais aplicados.

Disse que possivelmente só seriam substituídos após a receção provisória da obra e que esperava que, pelo menos nessa altura, tal acontecesse.

A senhora Vereadora Engenheira Paula Teles pediu ao senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira que informasse que locais identificou com danos no material aplicado.

O senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira deu como exemplo, as lajes de pedra danificada em frente à Assembleia Penafidelense e em frente ao Tribunal, e

referiu que esses danos se podem verificar ao longo de todo o percurso da avenida principal da cidade.

O senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa disse que o senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira tinha toda a razão quando referiu que a viatura da Câmara Municipal deveria dar o exemplo e que essas situações não se deveriam repetir.

A senhora Vereadora Engenheira Paula Teles disse que não detinha o pêloiro das obras municipais. Disse que daria, contudo, conhecimento ao senhor Presidente da Câmara Municipal, e que tinha a certeza que esse assunto estava a ser tratado pelos serviços.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que a sua intervenção visava alertar para pormenores nas obras realizadas no âmbito da Regeneração Urbana e que facilmente seriam resolvidos.

Disse que, na Praça em frente à Câmara Municipal, ficou muito bem, mas que faltavam alguns pormenores na calçada portuguesa, umas coisas simples, relativas a um pequeno desnível, que até podiam ser acabados pelos funcionários municipais, para que a obra ficasse fechada.

Referiu que, em frente ao antigo cinema, existia um pequeno desnível no passeio que colocava problemas de escoamento, principalmente para os moradores.

Referiu, ainda, outra situação semelhante junto ao Tribunal e ao restaurante Plaza Grill. Disse que, relativamente a esta ultima, se fosse feito um acerto com a Rua de acesso ao Cavalum, conseguir-se-ia um acesso com uma configuração que embelezaria e tornaria mais funcional o local, sem contrastar com o existente.

Disse que na Rua Tenente Valadim e na Rua da Saudade faltavam candeeiros e que, seguramente, estes haviam sido adquiridos em número suficiente. Pediu esclarecimentos.

A senhora Vereadora Engenheira Paula Teles disse que a falta de alguns dos candeeiros nas Ruas Tenente Valadim e Saudade se deviam ao facto, do local onde estes seriam aplicados, estar a ser objeto de um processo expropriativo.

A senhora Vereadora Dra. Susana Oliveira informou da realização das Jornadas Agrárias do Tâmega e Sousa e convidou os senhores Vereadores a estarem presentes no evento, durante o qual se iria debater importantes matérias, como

1403



a situação atual da agricultura no concelho e país, bem como medidas de dinamização da produção local.

Informou, na sequência de um pedido dos senhores Vereadores do Partido Socialista, no sentido de conhecerem os resultados da participação do município de Penafiel no Eixo Atlântico, que Penafiel acolheu a reunião da Comissão da Cultura do Eixo Atlântico nas instalações do IINFACTS, com representantes de 14 municípios.

Transmitiu que foram abordados os seguintes assuntos:

1- Capital da Cultura do Eixo Atlântico, que decorreu no ano em curso em Viana do Castelo. Disse que este evento foi objeto de uma apresentação por parte do Vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo, com o pelouro da cultura;

2- Abertura de um período de candidaturas dos interessados à organização da terceira capital da Cultura, sendo que a primeira teve lugar no município de Gaia.

3- Bienal de pintura do Eixo atlântico. Disse que o museu de Penafiel acolheu a referida Bienal, mas que, como o projeto era desenvolvido em 34 municípios, as obras tinham ficado danificadas e os artistas plásticos já haviam manifestado algum receio em ceder os seus trabalhos por esse motivo.

Informou que, por essa razão, foi discutido um novo modelo para a Bienal que se consubstanciar-se-ia em duas vertentes.

a) Expor artistas consagrados de Portugal e Galiza.

b) Expor jovens artistas.

Referiu que, para evitar danos nas obras ficou acordado que, em vez destas percorrerem os 34 municípios, estariam expostas apenas naqueles que manifestassem essa vontade e que apresentassem um programa cultural que justificasse o acolhimento dos trabalhos. Informou que ficou decidido que o número de municípios expositores do bienal não excederia o número de três e que essas medidas evitariam estragos nos trabalhos e o seu acolhimento em municípios que não tivessem condições para o fazer, mas que, face ao atual modelo do Bienal não poderiam recusar a exposição dos mesmos.

Transmitiu, por último, que iria ser criada uma comissão com a finalidade de escolher os artistas plásticos mais conceituados e acompanhar o processo de concurso para jovens artistas.

II - ASSUNTOS INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA

1 - COMPETÊNCIA PRÓPRIA DA CÂMARA MUNICIPAL



1.1 - ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Deliberação n.º 1448 de 21/06/2012

Assunto: Leitura e aprovação das intervenções dos membros da Câmara Municipal transcritas na ata da reunião ordinária, realizada no dia 08 de junho de 2012 – DAAOA.

Votação: As intervenções dos membros da Câmara Municipal, no período antes da ordem do dia e antes das deliberações indicadas na ordem do dia, depois de lidas, foram aprovadas por unanimidade.

Deliberação n.º 1449 de 21/06/2012

Assunto: Colocação de sinal vertical de trânsito proibido (C2), excepto cargas e descargas, acessos a garagens e recolha de resíduos sólidos (modelo 10 a), na Praceta da Alegria, freguesia de Penafiel – UMOT/GM227.12.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Engenheira Paula Teles, de 2012-06-06 (**anexo I**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Unidade de Mobilidade e Ordenamento do Território – Gabinete de Mobilidade, de 2012-06-04 e planta de sinalização Vertical – Praceta da Alegria à escala 1/700, de junho de 2012 (**anexo I**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação da UMOT- Gabinete de Mobilidade, nos termos do artigo 64.º, n.º1 alínea u) da Lei 169/99, de 18 de setembro, com alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação n.º 1450 de 21/06/2012

Assunto: Nova localização da Praça de Táxis, na Freguesia de Eja e aprovação da respectiva sinalização – UMOT/GM.247.12

1405

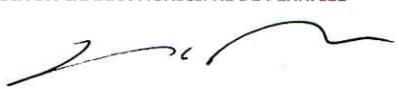


Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Alberto Clemente, de 2012-06-14 (**anexo II**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Unidade de Mobilidade e Ordenamento do Território – Gabinete de Mobilidade, de 2012-06-08, informação da Unidade de Mobilidade e Ordenamento do Território – Gabinete de Mobilidade, de 2011-07-13, ofício de Rui Moura Duarte e José Manuel Marques Rodrigues, de 2011-05-20, informação da Unidade de Mobilidade e Ordenamento do Território – Gabinete de Mobilidade, de 2011-06-14, ofício da Freguesia de Eja, com a referência 20.20/2011, de 2011-05-18, ofício da Freguesia de Eja, com a referência 20.20/2011, de 2011-03-11, informação da Unidade de Mobilidade e Ordenamento do Território – Gabinete de Mobilidade, de 2011-04-08, ofício da Freguesia de Eja, com a referência 20.20/2011, de 2011-03-11, ofício de Rui Moura Duarte e José Manuel Marques Rodrigues, de 2011-03-04, convocatória da Câmara Municipal de Penafiel, com a referencia n.º 000677 para senhor Rui Moura Duarte, convocatória da Câmara Municipal de Penafiel, com a referencia n.º 000678 para senhor José Manuel Marques Soares, informação da Unidade de Mobilidade e Ordenamento do Território – Gabinete de Mobilidade, de 2011-02-10, ofício de Luís Augusto Borges Alves, de 2011-01-26, ofício de Rui Moura Duarte e José Manuel Marques Rodrigues, de 2011-05-20, (**anexo II**), planta de julho de 2011, à escala 1/200 (3 folhas) e planta de abril de 2011, à escala 1/200 (2 folhas) (**em arquivo**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

O senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira perguntou o que tinha acontecido à praça de táxis, para que atualmente estivesse localizada junto ao Tribunal.

A senhora Vereadora Engenheira Paula Teles disse que o local inicialmente escolhido, após as obras de Regeneração Urbana, e que foi resultado de um acordo com os taxistas, revelou-se não ser a solução ideal para os mesmos, devido à excessiva exposição solar e ao facto do parque infantil ali existente não permitir uma boa visualização da praça de táxis.

Informou que os taxistas foram ouvidos e que a Câmara Municipal achou que deveria ir ao encontro da sua vontade. Concluiu, dizendo, que o número de lugares mantinham-se e que a cidade não perdeu com a mudança, apesar da situação poder não ser definitiva, porque no que respeita ao trânsito, nada é definitivo, havendo sempre uma busca para melhores soluções.

O senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa disse que o momento de crise que o país atravessa, também foi um dos argumentos que contribuiu para a mudança, dada a pouca visibilidade do local anterior invocado pelos senhores taxistas.

O senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira disse que noutras situações havia um excesso de sinalética e que, no caso em apreço, a mudança de praça de táxis deveria ter sido objeto de sinalização e não foi.

Disse, ainda, que junto ao tribunal não é possível descer nem virar à direita e que como o antigo sinal de proibição de subir ainda se encontrava no mesmo local, estava impedida qualquer circulação automóvel naquela via no troço da rampa do lado nascente.

A senhora Vereadora Engenheira Paula Teles disse que iria analisar e resolver a questão da sinalética de proibição suscitada pelo senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação da UMOT- Gabinete de Mobilidade

Deliberação n.º 1451 de 21/06/2012

Assunto: Protocolo de colaboração entre a Universidade Portucalense Infante D. Henrique Cooperativa de Ensino Superior CRL e a Câmara Municipal de Penafiel – R.H.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Dra. Susana Oliveira, de 2012-06-15, **(anexo III)** documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: minuta do protocolo mencionado



em assunto (**anexo III**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que ultimamente a Câmara Municipal de Penafiel tinha celebrado vários acordos no sentido de receber estagiários como, por exemplo os recentemente celebrados com a Republica de S.Tomé e Príncipe, e que seria necessário que a Câmara Municipal tivesse uma estrutura preparada e alguém que acompanhasse esses estágios.

Disse que o protocolo presente para discussão e votação era muito genérico relativamente a esse aspeto.

Perguntou se existiam contrapartidas a prestar pelo município que não estivessem especificadas no protocolo como, por exemplo, despesas com transporte para trabalho de campo.

A senhora Vereadora Dra. Susana Oliveira disse que o protocolo, à semelhança de outros que têm sido aprovados e celebrados com a Câmara Municipal, respeita apenas a estágios curriculares, dos quais não resulta qualquer despesa para o município.

Disse que os estagiários eram acompanhados pelos técnicos municipais da área objeto do estágio e que, por exemplo, quando a Câmara Municipal não dispunha de computadores, os formandos utilizavam os seus.

Acrescentou que o protocolo em apreço, bem como os restantes acordos para estágios curriculares celebrados pela Câmara Municipal, eram diferentes dos protocolos celebrados com a Republica do Príncipe.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 1452 de 21/06/2012

Assunto: Atribuição de Novas Bolsas de Estudo 2011/2012 – EDUCAÇÃO JUVENTUDE E TEMPOS LIVRES.

Proposta: Subscrita pelo Senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-06-15 (**anexo IV**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Gabinete de Educação Juventude e Tempos Livres, de 2012-06-15 (**anexo IV**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passam a fazer parte integrante desta ata.

O senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa informou que uma das regras do regulamento municipal era a de que, quem beneficiava de bolsa da respetiva universidade, não beneficiaria do apoio da Câmara Municipal. Referiu que, no caso em apreço, dois estudantes reclamaram do indeferimento da bolsa a atribuir pela respetiva universidade e as suas reclamações foram bem sucedidas, pelo que havia necessidade de alterar a deliberação anterior.

Votação: Aprovado, por unanimidade:

- 1- A atribuição de bolsas de estudo aos alunos: Inês Juliana da Silva Pereira e Sara da Conceição Barbosa Coelho;
- 2- A anulação da atribuição de bolsas aos alunos Rita Margarida da Silva Ferreira e Marcos Daniel Ferreira Coelho aprovadas pela deliberação nº 1394 de 24/05/2012).

Deliberação n.º 1453 de 21/06/2012

Assunto: Transmissão nominal do contrato de arrendamento de Habitação Social, para cônjuge sobrevivente por morte do primitivo arrendatário - Proc. 112-24- FC - UASS.

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-06-18 (**anexo V**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Unidade de Acção Social e Saúde, de 2012-06-15 e minuta do contrato de arrendamento urbano para habitação de duração limitada entre o Município de Penafiel e Margarida Rosa de Sousa (**anexo V**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação acima mencionada, a transmissão nominal do Contrato de Arrendamento de Habitação Social e o novo cálculo do valor da renda.

1409

Deliberação n.º 1454 de 21/06/2012

Assunto: Manutenção da renda apoiada, aprovada pela Deliberação n.º 946 de 01/09/2011 - Proc. 08-34-ST - UASS

Proposta: Subscrita pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-06-18, (**anexo VI**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Unidade de Acção Social e Saúde, de 2012-06-15 e cópia da Certidão da Deliberação n.º 946 de 01/09/2011 (**anexo VI**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação acima mencionada, a continuidade da aplicação do valor de renda apoiada de 54,14€ (cinquenta e quatro euros e catorze cêntimos), com a atribuição de um subsídio de 50% sobre o valor de renda apoiada, que segundo o Decreto - Lei 166/93 de 07 de maio, fixou o valor de renda mensal em 102,28€ (cento e dois euros e vinte e oito cêntimos).

Deliberação n.º 1455 de 21/06/2012

Assunto: Prestação de Contas Relativos ao 1.º Trimestre de 2012 - Penafiel Verde, EEM - GAP

Requerente: Penafiel Verde, EEM.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-19 (**anexo VII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Ofício da Penafiel Verde, EEM com a referência 0001452, de 2012-06-18 (**anexo VII**), e relatório de prestação de Contas relativos ao 1.º trimestre de 2012 (**em arquivo - CD**), documentos que se



dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que em relação ao balanço havia uma rubrica com a denominação “edificio e outras construções”, na página 5, cujo valor passou de 10.977.728,94€ para 15.738.074,80€ em 2012. Pediu esclarecimentos.

O Presidente do Conselho de Administração da Penafiel Verde EEM, Engenheiro Vitorino Ferreira, disse que esses valores respeitavam a ativos fixos e a obras concluídas e que mais adiante, na rubrica respeitante à manutenção de resultados e balanço individual houve um acréscimo dos activos fixos tangíveis, o que queria dizer que, durante todo o ano de 2012, foram feitas muitas obras que passaram de ativos correntes para ativos fixos.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que a rubrica sobre a qual pediu esclarecimentos crescia a um ritmo muito expressivo, pelo que pediu mais explicações.

O senhor Vereador Dr. Alberto Clemente disse que o que estava em causa nessa rubrica era o investimento que estava a ser feito e que pela leitura que fazia era o investimento no saneamento que tinha uma amortização anual numa taxa baixa e que constava nos resultados.

Referiu também que isso significava que tinha havido investimento, comparticipação financeira de fundos comunitários que, depois de constarem do passivo da empresa, iriam sendo amortizadas anualmente.

O Presidente do Conselho de Administração da Penafiel Verde EEM, Engenheiro Vitorino Ferreira, referiu que estavam em causa as obras das Termas, de Rio Mau, de parte da bacia do Sousa e que estava em curso a bacia do Tâmega.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que, apesar da explicação dada, existe outra situação que se prende com o balanço individual que com a data de 31/03/2012 apresenta como total de passivo de 9 milhões e 300 mil em 2011 e que se constatava, da leitura do documento, que o valor passava para 10 milhões e 160 mil, o que fazia com que se verificasse um acréscimo de 700 mil euros de passivo, quando se estava a falar de um orçamento que atingia o valor de 22 milhões de euros.

Disse que a Penafiel Verde EEM, tinha um encargo de 22 milhões de euros e que era difícil entender essa verba, quando havia apenas cerca de 1 milhão de euros resultante da venda de serviços.

O Presidente do Conselho de Administração da Penafiel Verde EEM, Engenheiro Vitorino Ferreira respondeu que não.

Explicou que cerca de 1 milhão dizia respeito ao período referido no documento, e que, como o senhor Vereador Dr. Sousa Pinto deveria ter reparado, a empresa municipal Penafiel Verde, EEM passou de 1257.000.00€ para 1445.000.00€.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse ter ficado esclarecido e que o resultado seria de 4 milhões.

O Presidente do Conselho de Administração da Penafiel Verde EEM, Engenheiro Vitorino Ferreira disse que a conclusão das obras e que o facto de haver menos investimento em curso ditavam a passagem de 3 milhões para 1 milhão, que correspondia à passagem dos investimentos em curso para investimento fixo.

Transmitiu que a rubrica “outras contas a receber” correspondia a obras que iriam ser lançadas e que estavam em curso e que iriam ser comparticipadas com fundos comunitários. Informou que essa rubrica significava uma “espécie de futuro”, ou seja, compromissos assumidos que tinham de ser assegurados.

Disse ainda que a rubrica “outras contas e despesas” correspondia a verbas das quais o município era credor e a amortizações.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que as questões que podia colocar eram muito supérfluas e que se estava a falar de obras para o futuro. Disse que não tinha em sua posse qualquer listagem das obras “para o futuro” e que também desconhecia quais as obras em curso e quais as que estavam concluídas.

Referiu que do relatório elaborado pelo ROC, se ele trabalhasse para si lhe pagava “zero”, porque o seu teor era ridículo em ponha em causa todo o serviço da Câmara Municipal, quando referia que não se responsabilizava por mais nada para além daquilo que tinha sido visto. Acrescentou que o mesmo relatório pecava por não conter sequer uma recomendação.

O senhor Vereador Dr. Alberto Clemente disse que era preciso ler a parte inicial

do documento, no qual era referido que o ROC não tinha encontrado nada a assinalar.

Disse também que se o senhor Vereador Dr. Sousa Pinto se desse ao trabalho de ler os relatórios anteriores poderia constatar que a linguagem do ROC era idêntica à do documento presente para discussão e votação.

Acrescentou que, quando o relatório mencionava um aumento do passivo, tinha que ser tido em conta que, quando o município recebia uma comparticipação financeira tinha que a inscrever no passivo, embora não tivesse que a pagar porque já a tinha paga. Concluiu, dizendo, que essa verba ficava inscrita no passivo e que era anualmente amortizada ao longo do período de vida útil da obra.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse ao senhor Vereador Dr. Alberto Clemente que não era de certeza sobre a rubrica “outras contas a pagar” que era de 6 milhões, e também não era certamente de “outras contas a pagar” de 1 milhão e 800 mil euros.

O senhor Vereador Dr. Alberto Clemente disse que esse 1 milhão e 800 mil euros referido pelo senhor Vereador Dr. Sousa Pinto, correspondia a um empréstimo bancário que a Câmara Municipal tinha aprovado de 3 milhões, do qual já tinha sido utilizado 1 milhão e 800 mil euros, mas em contrapartida também já sido reduzido o saldo da conta de fornecedores substancialmente.

O Presidente do Conselho de Administração da Penafiel Verde EEM, Engenheiro Vitorino Ferreira, aditou à explicação do senhor Vereador Dr. Clemente os seguintes exemplos: retenção de contas com garantias bancárias, impostos definidos do QREN, garantias bancárias a fornecedores e outros encargos.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que seria bom que o ROC fizesse algo mais consistente.

O senhor Vereador Dr. Alberto Clemente disse que o que seria preocupante era o ROC fazer alguma reserva a dar ênfase a algum assunto ou procedimento que considerasse incorreto.

O senhor Vereador Dr. Sousa Pinto disse que os senhores Vereadores do Partido Socialista, iriam-se abster de votar.



Disse que havia uma questão sobre a qual não podia deixar de refletir e que se prendia com o facto de todos saberem que por vezes não era dito tudo para não ferir, e que isso tinha a ver “*com o tal relatório que era para sair e não sai.*”. Acrescentou que não estava a falar da Penafiel Verde, EEM em particular, e que a referida empresa não estava mal, mas também não estava bem.

Disse que estava em causa uma empresa, cujo capital próprio do passivo era de cerca de 22 milhões de euros, e que era sabido como a contabilidade autárquica funcionava, que por vezes era empolada. Disse que só esperava que esse valor superior a 22 milhões de euros não fosse inflacionado e que era preciso não esquecer o período complicado que as autarquias atravessavam.

O Presidente do Conselho de Administração da Penafiel Verde EEM, Engenheiro Vitorino Ferreira disse que o investimento que a empresa municipal Penafiel Verde EEM, estava a fazer era participado e que essas participações estavam asseguradas, pelo que, a empresa estava a avançar de forma segura. Disse que a empresa apresenta uma *rácio* de 16 % quando a *rácio* normal estaria entre 25 a 33%. Acrescentou que estavam a ser utilizados todos os recursos de forma racional e que também se estavam a racionalizar os serviços. Concluiu, dizendo, que o relatório do ROC, continha um texto típico de relatórios dessa natureza, e que quando eram, constatadas anomalias essas eram expressas de forma clara.

Votação: Aprovado, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. Sousa Pinto, Engenheiro Fernando Moreira e Dra. Filomena Rodrigues, os documentos de Relatório de Prestação de Contas relativos ao 1.º Trimestre de 2012, nos termos do artigo 39.º n.º 2, al. a), da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

Não intervieram na discussão e votação, ausentando-se da sala, os senhores

Vereadores, Sr. Adolfo Amílcar e Dr. Alberto Clemente de Melo e Sousa, por impedimento nos termos do n.º 6, do artigo 90.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, com alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e alínea a), do artigo 44.º do CPA, e artigo 6.º do Regimento da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 1456 de 21/06/2012

Assunto: Redução do valor da quota mensal para o projecto da Rota do Românico - DF

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-19 (**anexo VIII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento Financeiro, de 2012-06-19, ofício da Associação de Municípios do Vale do Sousa, com a referência n.º 718/12, de 2012-05-31, ofício da Associação de Municípios do Vale do Sousa, com a referência n.º 340/12, de 2012-03-09, resumo orçamento unidade orgânica Rota do Românico – Ano 2012, fatura do Departamento Financeiro, de 2012-03-07, requisição externa de despesa do Departamento Financeiro, de 2012-01-25, informação do Departamento Financeiro, referente ao cabimento n.º 175, de 2012-01-11, extrato da ata de 2012-01-19, referente à deliberação n.º 1162 de 19/01/2012 e extrato de parte da ata do Conselho Directivo realizada no dia 12 de Dezembro de 2011 (**anexo VIII**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

A senhora Vereadora Dra. Filomena Rodrigues perguntou porque razão se estava a propor uma transferência de 1.500,00€, quando até à data tinha sido preciso transferir 5.000,00€.

O senhor Vereador Engenheiro Fernando Moreira disse que possivelmente a redução da verba estaria relacionada com o facto da Rota do Românico até à data só ter contado com seis municípios associados e recentemente contar com doze.

Votação: Aprovado, por unanimidade, a redução do valor da quota mensal para o projeto da Rota do Românico, de €5.000,00 para €1.500,00.

1. 2. - ASSUNTOS PARA RATIFICAÇÃO

Deliberação n.º 1457 de 21/06/2012



Assunto: Ratificação da 17.^a Alteração ao Orçamento da Despesa – 2012 – DF.

Documentos que acompanharam o mencionado ato submetido a ratificação:

Despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-14 e listagens do Departamento Financeiro (**anexo IX**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovada, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. Sousa Pinto, Engenheiro Fernando Moreira e Dra. Filomena Rodrigues, ratificar a 17.^a Alteração ao Orçamento da Despesa, para o corrente ano de 2012.

Deliberação n.º 1458 de 21/06/2012

Assunto: Ratificação da 18.^a Alteração ao Orçamento da Despesa – 2012 – DF.

Documentos que acompanharam o mencionado ato submetido a ratificação:

Despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-21 e listagens do Departamento Financeiro (**anexo X**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovada, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. Sousa Pinto, Engenheiro Fernando Moreira e Dra. Filomena Rodrigues, ratificar a 18.^a Alteração ao Orçamento da Despesa, para o corrente ano de 2012.

Deliberação n.º 1459 de 21/06/2012

Assunto: Ratificação da 18.^a Alteração ao Plano de Investimento– 2012 – DF.

Documentos que acompanharam o mencionado ato submetido a ratificação:

Despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-14 e listagens do Departamento Financeiro (**anexo X**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovada, por maioria, com abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, Dr. Sousa Pinto, Engenheiro Fernando Moreira e Dra.

1416

Filomena Rodrigues, ratificar a 18.^a Alteração ao Plano de Investimento, para o corrente ano de 2012.

2- APROVAÇÃO EM MINUTA DO TEXTO DAS DELIBERAÇÕES

Deliberação n.º 1460 de 21/06/2012

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta o texto de todas as deliberações tomadas na presente reunião, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

3- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

Assunto: Ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa (1.º lugar com a equipa B no Campeonato Nacional de manobras, que teve lugar na Póvoa de Varzim, nos dias 26 e 27 de Maio de 2012, e que concede o direito de representar Portugal no campeonato do mundo a realizar em França em 2013) **(anexo XI)** – GAP.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Atos praticados no uso de poderes delegados (informação com a identificação das decisões proferidas pelo Vereador Sr. Adolfo Amílcar, com competências delegadas e subdelegadas por despacho do senhor Presidente da Câmara, referentes ao período de tempo decorrido entre os dias 04 de junho a 14 de junho de 2012) **(em arquivo)** – DGU

A Câmara Municipal, tomou conhecimento, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 65.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Assunto: Faturas registadas no valor de 114.489, 10€ **(XII)** – DF.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Resumo Diário de Tesouraria n.º 121/2012 (**XIII**) – DF.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Ofício da Empresa **WOODONE Mobiliário, SA.** a comunicar a celebração de um contrato de *factoring* com a Instituição Bancária Banco **BPI, SA**, referente às faturas n.º 79 e 108, no montante de 13.161€ e 29.800,44€, respetivamente (**anexo XIV**) – DF.

A Câmara Municipal tomou conhecimento

III – ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA

Deliberação n.º 1461 de 21/06/2012

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do art. 83.º da Lei n.º 169/99. de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter a deliberação os seguintes assuntos não incluído na ordem do Dia.

Deliberação n.º 1462 de 21/06/2012

Assunto: Apoio à Coopenafiel – Cooperativa Agrícola de Penafiel, C.R.I – DESENVOLVIMENTO RURAL.

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Dra. Susana Oliveira, de 2012-06-21 (**anexo XV**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação do Departamento financeiro, de 2012-06-21, referente ao cabimento n.º 1706 (**em arquivo**) documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, atribuir à Coopenafiel – Cooperativa Agrícola de Penafiel, C.R.I um apoio no valor de € 10.00,00 (dez mil euros) para fazer face a

despesas relacionadas com o cumprimento dos objetivos propostos (dinamização da agricultura local), nomeadamente no combate ao abandono de terras e promoção dos produtos locais e frescos, nos termos da al. b) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação n.º 1463 de 21/06/2012

Assunto: Protocolo de colaboração entre a Coopenafiel – Cooperativa Agrícola de Penafiel CRL e o Município de Penafiel – DESENVOLVIMENTO RURAL

Proposta: Subscrita pela senhora Vereadora Dra. Susana Oliveira, de 2012-06-21, (**anexo XVI**) documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

A senhora Vereadora Dra. Susana Oliveira disse que o protocolo ora objecto de discussão e votação tinha o seu suporte financeiro no apoio aprovado pela deliberação anterior.

Documentos que acompanharam a proposta: minuta do protocolo mencionado em assunto (**anexo XVI**) e informação jurídica n.º 102/06/2012 da Associação Nacional Municípios Portugueses, de 2012-06-14, referente ao assunto: deliberação sobre formas de apoio pela Câmara Municipal (**anexo XXI**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação jurídica da Associação Nacional Municípios Portugueses acima mencionada.

Deliberação n.º 1464 de 21/06/2012

Assunto: Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia do Pinheiro e a Câmara Municipal de Penafiel – GAP

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-21, (**anexo XVII**) documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: minuta do protocolo mencionado em assunto, mapa de medições – ampliação do cemitério da freguesia do pinheiro (**anexo XVII**) e informação do Departamento Financeiro, de 2012-06-22, referente ao cabimento n.º 1707 (**em arquivo**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Deliberação n.º 1465 de 21/06/2012

Assunto: Apoio dos serviços de engenharia do município de Penafiel, na coordenação da segurança higiene e saúde na obra de construção do edifício de cuidados continuados objecto do processo de obras n.º 530/LI/2010 – RH.

Requerente: Associação Desenvolvimento de Figueira

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-21 (**anexo XVIII**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Ofício da Associação Desenvolvimento de Figueira (**anexo XVIII**) e informação jurídica n.º 102/06/2012 da Associação Nacional Municípios Portugueses, de 2012-06-14, referente ao assunto: deliberação sobre formas de apoio pela Câmara Municipal (**anexo XXI**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação jurídica da Associação Nacional Municípios Portugueses acima mencionada.

Deliberação n.º 1466 de 21/06/2012

Assunto: Apoio dos serviços de arquitectura do município de Penafiel, na elaboração de projeto de arquitetura para remodelação da antiga residência paroquial - RH.



Requerente: Fábrica da Igreja Paroquial de S.Martinho de Penafiel.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-21 (**anexo XIX**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Divisão de Projectos e Arquitectura, de 2012-05-08, ofício da Fábrica da Igreja Paroquial de S.Martinho de Penafiel, de 2011-10-17 (**anexo XIX**) e informação jurídica n.º 102/06/2012 da Associação Nacional Municípios Portugueses, de 2012-06-14, referente ao assunto: deliberação sobre formas de apoio pela Câmara Municipal (**anexo XXI**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação jurídica da Associação Nacional Municípios Portugueses acima mencionada.

Deliberação n.º 1467 de 21/06/2012

Assunto: Apoio dos serviços de arquitectura do município de Penafiel, na elaboração de projeto de arquitetura para Construção de um Complexo Paroquial - RH.

Requerente: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Clara do Torrão.

Proposta: Subscrita pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, de 2012-06-21 (**anexo XX**), documento que se dá por inteiramente reproduzido e que passa a fazer parte integrante desta ata.

Documentos que acompanharam a proposta: Informação da Divisão de Projectos e Arquitectura, de 2012-05-10, ofício da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Clara do Torrão, de 2011-12-13 (**anexo XX**) e informação jurídica n.º 102/06/2012 da Associação Nacional Municípios Portugueses, de 2012-06-14, referente ao assunto: deliberação sobre formas de apoio pela Câmara Municipal (**anexo XXI**), documentos que se dão por inteiramente reproduzidos e que passam a fazer parte integrante desta ata.

Votação: Aprovado, por unanimidade, de acordo e com fundamento na informação jurídica da Associação Nacional Municípios Portugueses acima mencionada.

Deliberação n.º 1468 de 21/06/2012

Assunto: Voto de louvor às Atletas da Casa do Pessoal do Hospital Padre Américo – Vale de Sousa, pelo facto de terem alcançado o título de BI-Campeãs Nacionais de Ginástica Artística Feminina de Segunda Divisão. - DESPORTO

Proposta: Verbal apresentada pelo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa, de 2012-06-21.

Votação: Aprovado, por unanimidade.

Encerrado o período da ordem do dia, foi aberto o período de intervenção do público, não tendo sido feita nenhuma inscrição.

E como mais ninguém quis usar da palavra, foi pelo Excelentíssimo senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa encerrada a reunião pelas **dezassete horas**.

E eu, , Ivone Manuel Gonçalves Freitas de Sá Dr.^a, Chefe da Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, na qualidade de secretária, a subscrevo e assino, conjuntamente com o senhor Vereador Dr. Antonino de Sousa.

O Vereador Dr. Antonino de Sousa:

